



Simulado Final **CG DF**

Auditor de Controle Interno
Planejamento e Orçamento
Pós-Edital

Simulado

Simulado Final CG DF - Auditor de Controle Interno - Planejamento e Orçamento

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso CG DF Auditor de Controle Interno (Planejamento e Orçamento);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-CG-DF-Auditor-Planejamento-Orçamento-09-04>

01 - A B C D	36 - A B C D	71 - A B C D	106 - A B C D
02 - A B C D	37 - A B C D	72 - A B C D	107 - A B C D
03 - A B C D	38 - A B C D	73 - A B C D	108 - A B C D
04 - A B C D	39 - A B C D	74 - A B C D	109 - A B C D
05 - A B C D	40 - A B C D	75 - A B C D	110 - A B C D
06 - A B C D	41 - A B C D	76 - A B C D	111 - A B C D
07 - A B C D	42 - A B C D	77 - A B C D	112 - A B C D
08 - A B C D	43 - A B C D	78 - A B C D	113 - A B C D
09 - A B C D	44 - A B C D	79 - A B C D	114 - A B C D
10 - A B C D	45 - A B C D	80 - A B C D	115 - A B C D
11 - A B C D	46 - A B C D	81 - A B C D	116 - A B C D
12 - A B C D	47 - A B C D	82 - A B C D	117 - A B C D
13 - A B C D	48 - A B C D	83 - A B C D	118 - A B C D
14 - A B C D	49 - A B C D	84 - A B C D	119 - A B C D
15 - A B C D	50 - A B C D	85 - A B C D	120 - A B C D
16 - A B C D	51 - A B C D	86 - A B C D	121 - A B C D
17 - A B C D	52 - A B C D	87 - A B C D	122 - A B C D
18 - A B C D	53 - A B C D	88 - A B C D	123 - A B C D
19 - A B C D	54 - A B C D	89 - A B C D	124 - A B C D
20 - A B C D	55 - A B C D	90 - A B C D	125 - A B C D
21 - A B C D	56 - A B C D	91 - A B C D	126 - A B C D
22 - A B C D	57 - A B C D	92 - A B C D	127 - A B C D
23 - A B C D	58 - A B C D	93 - A B C D	128 - A B C D
24 - A B C D	59 - A B C D	94 - A B C D	129 - A B C D
25 - A B C D	60 - A B C D	95 - A B C D	130 - A B C D
26 - A B C D	61 - A B C D	96 - A B C D	131 - A B C D
27 - A B C D	62 - A B C D	97 - A B C D	132 - A B C D
28 - A B C D	63 - A B C D	98 - A B C D	133 - A B C D
29 - A B C D	64 - A B C D	99 - A B C D	134 - A B C D
30 - A B C D	65 - A B C D	100 - A B C D	135 - A B C D
31 - A B C D	66 - A B C D	101 - A B C D	136 - A B C D
32 - A B C D	67 - A B C D	102 - A B C D	137 - A B C D
33 - A B C D	68 - A B C D	103 - A B C D	138 - A B C D
34 - A B C D	69 - A B C D	104 - A B C D	139 - A B C D
35 - A B C D	70 - A B C D	105 - A B C D	140 - A B C D

LÍNGUA PORTUGUESA

Adriana Figueiredo

TEXTO I - O que vamos deixar para nossos filhos

F. tem vinte anos. Na sexta-feira, saiu às nove horas da noite para encontrar alguns amigos em um barzinho. Após acomodarem-se em torno de uma mesa, iniciaram aquelas conversas animadas e exaltadas que mantemos quando guardamos ainda ilusões e sonhos e a vida nos parece o oceano visto da praia, que, embora nos cause temor, ansiamos por desbravá-lo. Em um determinado momento, F. deu falta de sua bolsa e seu universo desequilibrou-se. Roubaram o telefone celular, documentos, cartões de crédito e de débito – mas principalmente turvaram-lhe a vívida confiança em seus semelhantes. Quando chegou em casa, os familiares respiraram aliviados, constatando que F. tinha tido “sorte”, porque fora “apenas” roubada... já que ela poderia ter sido agredida, violentada, morta...

O Conselho Cidadão para a Segurança Pública e Justiça Penal, uma organização não-governamental mexicana, divulgou no final de janeiro uma lista que demonstra a areia movediça em que estamos afundando: o Brasil possui 21 das 50 cidades mais violentas do mundo. São dados estatísticos, portanto indiscutíveis, que aferem o número de homicídios por 100 mil habitantes em municípios com população acima de 300 mil habitantes. Em termos absolutos, o Brasil ocupa o primeiro lugar no ranking, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS): de cada 100 assassinatos ocorridos no mundo, 13 acontecem no Brasil. Em 2014, 56 mil pessoas perderam a vida – 29 casos por 100 mil habitantes, mais de quatro vezes a média mundial, de 6,9 mortes.

Infelizmente, a violência não se limita às grandes cidades. A selvageria se espalha como uma metástase cancerígena, atingindo até os mais distantes rincões do país. Em 2014, o município de Caracaraí (RR), de 19 mil habitantes, teve o triste privilégio de ser eleito o mais violento do Brasil – lá foram constatados 40 homicídios naquele ano, o que equivale a um índice de 210 assassinatos por 100 mil habitantes, sete vezes mais alto que a já altíssima média brasileira. Antes de Fortaleza, primeira no mapa da violência das cidades com mais de 300 mil habitantes, aparecem pelo menos

150 municípios pequenos e médios espalhados por todas as regiões do país.

Nós, brasileiros, temos cada vez mais mostrado nosso descompromisso com a coletividade. Ao invés de tentar solucionar conjuntamente os graves problemas que vão surgindo – e que já são inúmeros – preferimos tomar atitudes individualistas que salvem o pequeno núcleo a que pertencemos. Se a violência nos ameaça, construímos prédios. Se os prédios não são seguros, colocamosseguranças. Se eles não dão conta, estendemos cercas elétricas. Se nem isso resolve, mudamo-nos para condomínios fechados, isolamo-nos do mundo, e fingimos que estamos protegidos.

O *Institut of Economics and Peace* avalia que a violência no Brasil custa por ano cerca de 765 bilhões de reais em despesas com o sistema de saúde, aparato de segurança pública e a máquina do Judiciário, o que equivale a 8% do PIB nacional. Mas, para além de razões econômicas, o maior custo da violência é sem dúvida, por um lado, a perda de qualidade de vida, e por outro a amargura que nos intoxica. Eu sinto vergonha e frustração por legar a meus filhos um país deteriorado socialmente – um lugar onde o maior objetivo é tentar chegar vivo em casa ao fim de um dia de trabalho.

(Luiz Ruffato. *Opinião - El país. ADAPTADO*)

01. Os dados apresentados pelo autor do texto I

- a) opõem-se à situação apresentada no primeiro parágrafo.
- b) corroboram a opinião internacional a respeito da violência no Brasil.
- c) são apresentados de maneira objetiva e imparcial.
- d) refletem o cenário apresentado no trecho narrativo do texto.

02. Sabendo que o texto poderia ser classificado como predominantemente argumentativo, assinale o trecho que melhor exemplifica essa classificação:

- a) "Após acomodarem-se em torno de uma mesa, iniciaram aquelas conversas animadas e exaltadas que mantemos quando guardamos ainda ilusões e sonhos e a vida nos parece o oceano visto da praia..." (1º parágrafo)
- b) "Infelizmente, a violência não se limita às grandes cidades. A selvageria se espalha como uma metástase cancerígena, atingindo até os mais distantes rincões do país. Em 2014, o município de Caracaraí (RR), de 19 mil habitantes, teve o triste privilégio de ser eleito o mais violento do Brasil". (3º parágrafo)
- c) "O *Institut of Economics and Peace* avalia que a violência no Brasil custa por ano cerca de 765 bilhões de reais em despesas com o sistema de saúde, aparato de segurança pública e a máquina do Judiciário, o que equivale a 8% do PIB nacional". (5º parágrafo)
- d) "Quando chegou em casa, os familiares respiraram aliviados, constatando que F. tivera "sorte", porque fora "apenas" roubada... já que ela poderia ter sido agredida, violentada, morta..." (1º parágrafo)

03. No segundo parágrafo do texto I, os dois pontos foram utilizados

- a) para inserir um discurso direto não pertencente ao autor.
- b) para iniciar uma enumeração relacionada à lista divulgada.
- c) para introduzir um exemplo que esclarece a informação dada.
- d) para introduzir um trecho que explicita a informação dada anteriormente.

04. Mantendo-se o sentido original do texto I, a locução verbal "tinha tido" (final do primeiro parágrafo) poderia ser corretamente substituída pela forma verbal

- a) tivera
- b) teve
- c) tem
- d) tenha

05. A relação existente entre os períodos "Infelizmente, a violência não se limita às grandes cidades" e "A selvageria se espalha como uma metástase cancerígena, atingindo até os mais distantes rincões do país." (3º parágrafo) poderia ser explicitada por um conectivo

- a) conclusivo
- b) adversativo
- c) condicional
- d) explicativo

06. O vocábulo destacado em "até os mais distantes rincões do país" (3º parágrafo) poderia ser corretamente substituído por

- a) recantos
- b) esconderijos
- c) cidades
- d) desertos

TEXTO II**Ficar desempregado é melhor do que sofrer no trabalho**

Estudo feito com 7155 pessoas revela: para quem tem um emprego ruim, a rua traz mais felicidade do que o escritório.

Fernando Badô e Bruno Cagattoni

Sabe aquele seu vizinho que não trabalha, mas vive sorrindo? A explicação pode estar num estudo realizado por cientistas australianos, que acompanharam 7155 homens e mulheres entre 20 e 55 anos de idade e concluíram: ficar desempregado, seja por vontade própria, seja por demissão, pode aumentar o nível de felicidade das pessoas.

Ao longo de 7 anos, os pesquisadores aplicaram questionários para medir o grau de felicidade dos voluntários, cujos empregos também foram analisados em 4 aspectos: nível de desafio, grau de autonomia, salário e perspectivas de carreira. O objetivo era determinar quais empregos eram bons ou ruins.

As pessoas que estavam trabalhando, em bons empregos, eram sempre as mais felizes - marcando em média 75,1 pontos na escala criada pelos cientistas. Em seguida vinham os desempregados e os trabalhadores com empregos ruins, ambos com 68,5 pontos. Empate. Então desemprego é a mesma coisa que emprego ruim, certo?

Errado: o desemprego é melhor. Ao longo do estudo, quem trocou o desemprego por um emprego ruim viu sua felicidade cair ainda mais, perdendo 6 pontos a cada ano. Já quem continuou sem fazer nada perdeu apenas 1 ponto.

Concluindo: embora seja ruim ficar sem emprego, sofrer no trabalho é ainda pior. "O emprego ruim faz a pessoa perder saúde mental", diz Peter Butterworth, psiquiatra da Universidade Nacional da Austrália e coordenador da pesquisa.

[Super Interessante, n. 294, p. 22, agosto de 2011. ADAPTADO]

07. Conforme as informações do texto

- a) Quanto mais autônomo o trabalhador, mais satisfeito ele estará com seu emprego.
- b) A pesquisa foi realizada por amostragem com trabalhadores australianos.
- c) As pessoas que trabalham são sempre mais felizes em comparação aos desempregados.
- d) Os desempregados e os que sofrem com empregos ruins apresentaram queda de felicidade.

08. O texto II é predominantemente

- a) injuntivo
- b) expositivo
- c) descriptivo
- d) argumentativo

09. No trecho "embora seja ruim ficar sem emprego, sofrer no trabalho é ainda pior" (último parágrafo do texto II), a conjunção "embora" expressa o mesmo que

- a) portanto
- b) porquanto
- c) conquanto
- d) entretanto

10. Em relação ao trecho "que acompanharam 7155 homens e mulheres entre 20 e 55 anos de idade" (1º parágrafo), assinale a alternativa correta.

- a) a forma verbal "acompanharam" deveria estar no singular.
- b) o pronome relativo "que" faz referência a "estudo".
- c) a forma verbal "acompanharam" poderia ser corretamente substituída por "acompanhou"

d) o vocábulo "que" introduz uma oração com valor restritivo.

TEXTO III

O brasileiro e o europeu

Dizem que Dom João VI quando chegou à Bahia em 1808 foi logo mandando iluminar a cidade: era "para o inglês ver". Outros dizem que a frase célebre data dos dias de proibição do tráfico de escravos, quando no Brasil se votavam leis menos para serem cumpridas do que para satisfazerm exigências britânicas. De qualquer modo, a frase ficou. E é bem característica da atitude de simulação ou fingimento do brasileiro, como também do português diante do estrangeiro. Principalmente diante do inglês, em 1808, não mais o herege nem o "bicho" que era preciso salpicar de água benta, para se receber dentro de casa, mas, ao contrário, criatura considerada, em muitos respeitos, superior.

Sob o olhar desse ente superior, o brasileiro do século XIX foi abandonando muitos de seus hábitos tradicionais – como o de dançar dentro das igrejas no dia de São Gonçalo, por exemplo – para adotar as maneiras, os estilos e o trem de vida da nova camada de europeus que foram se estabelecendo nas nossas cidades.

Em três séculos de relativa segregação do Brasil e da Europa não-ibérica e, em certas regiões, de profunda especialização econômica e de intensa endogamia – em São Paulo, na Bahia, em Pernambuco – definira-se, ou pelo menos, esboçara-se um tipo brasileiro de homem, outro de mulher. Um tipo de senhor, outro de escravo. Mas também um meio termo: o mulato que vinha aos poucos desabrochando em bacharel, em padre, em doutor, o diploma acadêmico ou o título de capitão de milícias servindo-lhe de carta de branquitude.

No Brasil dos princípios do século XIX e fins do XVIII, a re-europeização se verificou pela assimilação, por parte de raros, pela imitação, da parte do maior número; e também por coação ou coerção,

os ingleses, por exemplo, impondo à colônia portuguesa da América – através do Tratado de Methuen, quase colônia deles, Portugal só fazendo reinar politicamente sobre o Brasil – e mais tarde ao Império, uma série de atitudes morais e de padrões de vida que, espontaneamente, não teriam sido adotados pelos brasileiros.

A reconquista, porém, teve de seguir suas cautelas. De tomar suas precauções. Porque houve resistências, de ordem natural, umas, outras de ordem cultural. O clima, por exemplo, resistiu ao nórdico. E sob o favor do clima, a malária e a febre amarela agiram contra o europeu.

(FREYRE, G. *O brasileiro e o europeu*. In: FREYRE, G. *Sobrados e mucambos*. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998, p. 308-310. Adaptado).

11. Depreende-se da leitura do primeiro parágrafo que

- a) Dom João VI foi o responsável pela popularização da expressão "para o inglês ver".
- b) No início do século XIX, houve uma inversão social abrupta em relação à visão que se tinha dos ingleses.
- c) Os portugueses eram vistos como inferiores pelos ingleses, como "o "bicho" que era preciso salpicar de água benta".
- d) A relação entre portugueses e brasileiros era baseada no fingimento.

12. Ao dissertar sobre as mudanças que se intensificaram no Brasil a partir do final do século XVIII, o escritor Gilberto Freyre

- a) Afirma que o processo de substituição de cultura ocorreu pacificamente, uma vez que o modo de vida tido como referência à época era o europeu.
- b) Contrapõe-se à ideia de que a segregação racial interferia socioeconomicamente no Brasil do século XIX.

- c) Argumenta que algumas doenças e o clima ajudaram Portugal a tomar as terras brasileiras do domínio cultural dos ingleses.
- d) Atribui à influência europeia as transformações sociais ocorridas e os padrões de vivência adotados em um processo denominado de re-europeização.

13. Em relação ao trecho "Dizem que Dom João VI quando chegou à Bahia em 1808 foi logo mandando iluminar a cidade" (primeiro período do texto), pode-se afirmar que

- a) O sujeito de "dizem" está elíptico e pode ser inferido a partir do contexto.
- b) Apesar de indeterminado, o sujeito de "dizem" pode ser atribuído a 'historiadores'.
- c) "Que" funciona como partícula de realce.
- d) O sujeito da forma verbal "dizem" está indeterminado

14. No trecho "definira-se, ou pelo menos, esboçara-se um tipo brasileiro de homem" (3º parágrafo), a partícula "se" classifica-se como

- a) conjunção
- b) partícula apassivadora
- c) índice de indeterminação do sujeito
- d) parte integrante do verbo

15. O termo "segregação" (primeiro período do terceiro parágrafo) está empregado no texto III com o sentido de

- a) expulsão
- b) especialização
- c) congregação
- d) apartação

16. Houve falha quanto à concordância na alternativa:

- a) Ana e sua amiga se encontravam todos os dias.
- b) Construíram-se muros enormes para proteção e isolamento.
- c) Faz três anos que não nos vemos.
- d) Devem haver muitos motivos para ele não ir ao evento.

TEXTO IV

Podemos afirmar que existem duas unanimidades na teoria econômica, com resultados práticos inevitáveis. Salvo algumas poucas opiniões em contrário, a primeira delas diz respeito à neutralidade das atividades econômicas sobre a natureza e seus ecossistemas. Isto é, tudo que é feito neste mundo, em termos econômicos, seria incapaz de danificar a natureza, os elos biológicos e os ecossistemas. A maioria dos economistas acredita nisso, mas, olhando ao redor, nos perguntamos com base em que essa crença foi criada. A segunda unanimidade, derivada da primeira, é a obsessão pelo crescimento, como única forma de resolver os problemas humanos relacionados ao bem-estar e à felicidade. Por essa razão, a preocupação rotineira dos economistas em geral é a capacidade de as economias continuarem crescendo infinita e ininterruptamente. Vemos essa preocupação surgir nas justificativas de medidas governamentais, bem como nos textos de diversos autores no Brasil e fora dele. Um exemplo é o Consenso de Washington, cuja finalidade foi pavimentar nos países em desenvolvimento as condições necessárias para a expansão das atividades. No entanto, embora essa seja a preocupação mais corriqueira do mundo financeiro da atualidade, iniciamos o século XXI com enorme angústia em torno da nossa capacidade de crescer. Os riscos financeiros vêm

se multiplicando, com ou sem as reformas do Consenso.

A situação econômica atual é crítica e vários economistas parecem deter a solução do problema: voltar a crescer. Precisamos tomar cuidado porque nem sempre os fins justificam os meios. Em primeiro lugar, não existe uma relação direta entre crescimento econômico e maior empregabilidade, já que o avanço tecnológico produz um crescimento de empregos que não alcança o da população. Além disso, o crescimento gerado com base na exaustão e degradação dos recursos naturais já está se mostrando inviável. Essa fórmula pode ser alentadora no curto prazo, mas fornece grande preocupação quanto ao futuro. Uma passagem de um célebre economista francês, Frédéric Bastiat, ilustra essa situação: "na esfera econômica, um ato, um hábito, uma instituição, uma lei não engendram apenas um efeito, mas uma série de efeitos. Desses, só o primeiro é imediato porque se manifesta junto com sua causa (se vê); os outros se desenrolarão sucessivamente (não se veem). Somos felizes se pudermos prevê-los."

(Adaptado de Hugo Penteado. Ecoeconomia: uma nova abordagem. São Paulo, Lazuli Editora, 2008, p. 89-92)

17. Segundo as ideias veiculadas no texto IV, as duas unanimidades na teoria econômica

- a) se contrapõem
- b) desconsideram o impacto ambiental de suas medidas
- c) visam ao bem-estar social
- d) têm aderência dos especialistas

18. No último parágrafo, as aspas foram utilizadas

- a) para introduzir um discurso não autoral
- b) para atribuir um novo sentido ao que foi dito
- c) para dar ênfase à fala do economista
- d) pelo emprego do neologismo "engendram"

19. Mantendo-se a correção gramatical e o sentido original do texto II, a expressão "embora" em "No entanto, embora essa seja a preocupação mais corriqueira do mundo financeiro da atualidade" (1º parágrafo) não poderia ser substituída por

- a) ainda que
- b) conquanto
- c) por mais que
- d) porquanto

20. Com base no trecho "A maioria dos economistas acredita nisso, mas, olhando ao redor, nos perguntamos com base em que essa crença foi criada" (1º parágrafo), assinale a alternativa correta.

- a) O conectivo "mas" poderia ser substituído por "outrossim" sem prejuízo do sentido original.
- b) A substituição de "acredita" por "acreditam" manteria a correção gramatical.
- c) "dos economistas" exerce a função de complemento de "maioria".
- d) O núcleo do sujeito da forma verbal "acredita" é "economistas"

LÍNGUA INGLESA

Andrea Belo

Texto para questões 21 a 23

People have donated over one billion dollars to help rebuild the Notre Dame cathedral in Paris. The 850-year-old cathedral was badly damaged in a fire on Monday. The UNESCO World Heritage site is one of the most important cultural buildings in France. Wealthy people from all over France and around the world have given hundreds of millions of dollars to help restore the cathedral to its former glory. French president Emmanuel Macron told the nation in a televised address that he would make sure the reconstruction would be finished within five years. This would be in time for the opening of the Paris Olympics in 2024. However, architects say it could take decades to rebuild the world-famous landmark.

(<https://breakingnewsenglish.com/1904/190419-notre-dame.html>)

21. According to the text, we can say that

- a) the reconstruction will take more than 5 years
- b) only french people donated to the reconstruction
- c) Notre Dame cathedral suffered almost no damage in the fire
- d) rich people from all over the world donated to the reconstruction

22. "...address (...)", underlined in the text, has some analogy to all the words below, EXCEPT:

- a) statement
- b) location
- c) speech
- d) announcement

23. The term "landmark", in the last line, is linked to the idea of

- a) a beacon
- b) a land
- c) a trace
- d) a clue

Russia, said they would slash production by 9.7m barrels a day from May to the end of June, a record, and restrain output for two years. In the 20th century Uncle Sam was keen to undermine opec, but in 2018 America became the biggest oil producer, (...)

(The future of the oil industry. In: The Economist, 18/04/2020)

24. In the passage from the text "*blood coursing through the veins of the world economy*", the author implies that

- a) oil industry is very important to the economy.
- b) oil industry does not matter to the economy.
- c) blood is everywhere when talking about economy.
- d) veins are important to the economy's heart.

25. About the title, it is correct to say that is a

- a) doubt
- b) fail
- c) memory
- d) possibility

26. In the sentence "*As covid-19 keeps workers at home and planes on the ground, demand for oil has fallen faster and further than at any point in its history*", the same idea is

- a) "the covid-19 period keeps people at home to make history".
- b) "The demand for oil has plummeted in high speed".
- c) "the planes are on the ground because trips are now allowed".
- d) "Not everybody is working and some workers are at home"

Texto para questões de 24 a 27

The future of the oil industry

Oil, it has been said, is the blood coursing through the veins of the world economy. In 2020 the economy is bleeding red. As covid-19 keeps workers at home and planes on the ground, demand for oil has fallen faster and further than at any point in its history. Amplifying the shock, a furious row between Saudi Arabia and Russia set off a price war in early March. Last month oil prices fell by more than half, leaving a giant industry reeling.

On April 12th the world's energy superpowers broke bread and reached a new deal to try to prop up prices. The Organisation of the Petroleum Exporting Countries (opec) and its allies, including

27. In the sentence, “furious row”, the underlined word is similar to

- a) line
- b) rate
- c) contour
- d) argument

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

28. O município Z editou lei que institui feriado local para a comemoração do Dia da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro. A constitucionalidade da referida lei foi contestada junto ao STF.

Assinale a alternativa correta com base na jurisprudência do Supremo e em seus conhecimentos sobre controle de constitucionalidade:

- a) A lei deve ser contestada por meio de ADPF e ser declarada constitucional, em especial porque a data representa um símbolo de resistência cultural e configura ação afirmativa contra o preconceito racial.
- b) A lei deve ser contestada por meio de ADI e ser declarada constitucional, em especial porque a data representa um símbolo de resistência cultural e configura ação afirmativa contra o preconceito racial.
- c) A lei deve ser contestada por meio de ADPF e ser declarada inconstitucional, por contrariar a Lei nº 9.093/95.
- d) A lei deve ser contestada por meio de ADI e ser declarada inconstitucional, por contrariar a Lei nº 9.093/95.

29. A vida é o mais básico dentre os direitos fundamentais, uma vez que dá origem a todos os outros. Trata-se de direito fundamental autônomo, cujo conceito contido na Constituição Federal abarca diferentes aspectos da existência humana.

Acerca do Direito à vida, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Em sua acepção negativa, o direito à vida garante o direito de estar vivo, de permanecer vivo, de forma que nem o Estado e nem o particular poderão intervir na existência física de alguém.
- b) A acepção positiva do direito à vida garante a vida digna, de modo que não basta estar vivo, mas viver com a dignidade própria de um ser da espécie humana.
- c) O direito à vida não é um direito absoluto segundo o ordenamento jurídico brasileiro.
- d) Por decisão do STF, é autorizado o aborto em caso de feto microcefálico.

30. Analise as seguintes afirmativas, considerando se tratar de ano de eleições municipais:

I – Maria possui 17 anos, seu aniversário é em 15 de novembro, e ela pretende se candidatar a vereadora.

II – Mariana é vice-prefeita, está em seu segundo mandato no cargo e pretende se candidatar à Prefeitura.

III – Roberto é vereador, filho da prefeita de seu município e pretende se candidatar à reeleição.

Considerando as condições de elegibilidade e inelegibilidade, assinale a alternativa correta:

- a) Maria não poderá ser candidata, Mariana e Roberto sim.
- b) Mariana não poderá ser candidata, Maria e Roberto sim.
- c) Mariana e Maria poderão ser candidatas, Roberto não.
- d) Todos poderão ser candidatos.

31. O Estado Y editou lei que veda, no âmbito de seu território, operadoras de planos de saúde de limitarem consultas e sessões para o tratamento de pessoas com deficiência. Segundo entendimento do STF a referida lei é:

- a) Inconstitucional, pois legislar sobre direito civil e política de seguros é competência privativa da União.
- b) Inconstitucional, pois legislar em matéria de saúde é competência privativa da União.
- c) Constitucional, pois é competência comum cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.
- d) Constitucional, pois é de competência concorrente legislar sobre proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.

32. O Congresso Nacional aprovou proposta de emenda à Constituição, de iniciativa do Presidente da República, para modificar competências e número de membros do Supremo Tribunal Federal. A respeito do caso narrado, de acordo com as normas constitucionais referentes ao processo legislativo, aponte a alternativa correta.

- a) A emenda é inconstitucional, por vício de iniciativa, uma vez que proposta de emenda a respeito da composição e competência do Supremo Tribunal Federal é de iniciativa do próprio Tribunal.
- b) O vício de iniciativa no processo legislativo tanto das leis quanto das emendas à Constituição Federal poderá ser sanado pela sanção presidencial.
- c) No processo legislativo das emendas à Constituição Federal, diferente do que ocorre no processo legislativo ordinário, não há sanção e nem veto. A única participação do Presidente da República é na iniciativa.
- d) A emenda é formalmente inconstitucional, uma vez que a iniciativa deveria ser concorrente do Presidente da República e de um terço dos membros do Congresso Nacional.

33. Mais da metade dos membros do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios declarou suspeição, por motivo de foro íntimo, para julgar apelação criminal interposta por Pedro Junior, famoso empresário de Brasília. Diante do caso narrado, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e consoante redação expressa da Constituição Federal, a competência para julgar a apelação é

- a) do Superior Tribunal de Justiça.
- b) do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, que deverá convocar desembargadores substitutos.
- c) do Tribunal Regional Federal da respectiva região.
- d) do Supremo Tribunal Federal.

34. A norma constitucional segundo a qual “a lei criará varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas não abrangidas por sua jurisdição, atribuí-la aos juízes de direito, com recurso para o respectivo Tribunal Regional do Trabalho”, na classificação de José Afonso da Silva, possui

- a) eficácia limitada de princípio programático.
- b) eficácia plena e aplicabilidade imediata.
- c) eficácia diferida e aplicabilidade direta e imediata.
- d) eficácia limitada de princípio institutivo.

LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL*Rodrigo Francelino*

35. Bernardo é Deputado Distrital e assumiu a Presidência da CLDF, em seu discurso de posse, agradeceu os votos recebidos para assumir a CLDF. Neste momento, Bernardo apresentou seu primeiro Projeto de Lei como Presidente da CLDF, para criar nova região administrativa denominada Setor Presidencial Sul, o Projeto foi aprovado por maioria absoluta de votos da Câmara. Com base na situação hipotética acima descrita julgue os itens, conforme a Lei Orgânica do DF.

- a) As regiões administrativas integram a estrutura administrativa do DF e buscarão integração, com as regiões do entorno para o desenvolvimento de seus programas econômicos e sociais.
- b) O território do Distrito Federal compreende o espaço físico-geográfico, bem como melhorias, edificações e terras devolutas, que se encontram sob seu domínio e jurisdição.
- c) O indicado para ser administrador regional do Setor Presidencial Sul poderá ser qualquer cidadão, desde que seja maior de idade.
- d) Na situação hipotética apresentada não há qualquer vício na criação da Região Administrativa

36. Conforme a Lei Orgânica do Distrito Federal, e sua relação à organização dos poderes, é correto afirmar que os deputados distritais.

- a) Por não possuírem imunidade parlamentar não são invioláveis por suas opiniões, suas palavras e seus votos.
- b) Materialmente são invioláveis, apenas civilmente, por quaisquer de suas opiniões, suas palavras e seus votos.
- c) Possuem imunidade parlamentar, mas são invioláveis, apenas civilmente, por quaisquer de suas opiniões, suas palavras e seus votos.
- d) São invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, suas palavras e seus votos.

37. Considerando a função de controle externo e o que dispõe a LODF. Assinale a alternativa correta. No Distrito Federal, o Tribunal de Contas do Distrito Federal é o órgão

- a) competente para realizar o julgamento das contas do Governador do DF
- b) competente para julgar as contas, entre outros casos, dos administradores e dos demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da administração direta e indireta.
- c) de controle interno do poder executivo.
- d) auxiliar do Poder Judiciário.

38. Roserval é Deputado Distrital em seu discurso de posse afirmou o compromisso, em defender a "Causa Gay", como bandeira de campanha, para assegurar os direitos humanos assegurados como valores fundamentais do DF, bem como a não discriminação em razão de orientação sexual. De acordo com situação hipotética acima descrita e sob a luz da LODF assinale a única alternativa correta.

- a) Roserval pertence ao poder legislativo, que tem sede em Brasília e que pode ser reunir temporariamente em qualquer lugar do DF, mediante aprovação de 2/3 da CLDF.
- b) Roserval responderá por crime de responsabilidade na CLDF e no Superior Tribunal de Justiça, por crime comum.
- c) Roserval equivocou-se em seu discurso de posse, pois os direitos humanos não são valores fundamentais do Distrito Federal, mas um dos objetivos prioritários do Distrito Federal.
- d) Roserval não perderá o cargo se for eleito, para outro cargo eletivo.

39. Caso ocorra vacância dos cargos de governador e de vice-governador do Distrito Federal.

- a) Serão sucessivamente chamados para o respectivo exercício, em caráter definitivo, o presidente da câmara legislativa, o vice-presidente

da câmara legislativa e o presidente do tribunal de justiça.

- b) A eleição exclusivamente para o cargo de governador será feita 90 dias depois da última vaga, pela câmara legislativa.
- c) A eleição para ambos os cargos será feita 30 dias depois da última vaga, pela câmara legislativa.
- d) Serão realizadas eleições gerais 90 dias depois de aberta a última vaga.

três servidores estáveis, que busca avaliar se houve enriquecimento ilícito de servidor ou evolução patrimonial incompatível com a remuneração por ele percebida.

- b) É dever do servidor público atender com presteza o público em geral, exceto quanto à expedição de certidões para esclarecimento de situações de interesse pessoal.
- c) A suspensão disciplinar não pode ser superior a noventa dias.
- d) Será aplicada multa ao servidor inativo que houver praticado na atividade infração disciplinar punível com advertência.

REGIME JURÍDICO DO DISTRITO FEDERAL

Antônio Daud

40. Considerando o que dispõe o Estatuto dos Servidores do Distrito Federal, é correto afirmar que:

- a) A ação disciplinar prescreve em cento e oitenta dias, quanto à advertência, contados da data em que o fato se tornou conhecido.
- b) A revisão do processo disciplinar depende do surgimento de novos elementos, não apreciados no processo originário, capazes de indicar a inadequação da penalidade aplicada ou a inocência do servidor punido, devendo ser requerida dentro do prazo decadencial de cinco anos.
- c) O nível de escolaridade exigido para o cargo é requisito básico para provimento originário de cargo público.
- d) Não há margem de liberdade para o gestor público decidir quanto à concessão de licença para tratar de assuntos particulares, pelo prazo de até três anos consecutivos, sem remuneração, se o requerente encontrar-se respondendo a processo disciplinar.

41. Considerando o que dispõe o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Distrito Federal, é correto afirmar que:

- a) A sindicância patrimonial prevista na LC 840/2011 consiste em procedimento sigiloso, com viés investigativo ou acusatório, conduzida por

42. Considerando o que dispõe a LC 840/2011 a respeito do concurso público, é INCORRETO afirmar que:

- a) O edital de concurso público tem de reservar vinte por cento das vagas para serem preenchidas por pessoa com deficiência, desprezada a parte decimal.
- b) A vaga não preenchida na cota para pessoa com deficiência reverte-se para provimento dos demais candidatos.
- c) Não estão abrangidas pelos benefícios deste artigo a pessoa com deficiência apta para trabalhar normalmente e a inapta para qualquer trabalho.
- d) O candidato aprovado em concurso público, no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de nomeação, pode solicitar seu reposicionamento para o final da lista de classificação.

43. Tomando por base o que prevê o Estatuto dos Servidores do Distrito Federal sobre as formas de provimento de cargo, é INCORRETO afirmar que:

- a) O servidor ocupante de cargo em comissão pode ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo em comissão, hipótese em que deve acumular as atribuições de ambos os cargos e optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade.

- b) A reversão deve ser feita no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação, sendo que, em determinadas hipóteses, encontrando-se provido o cargo, o servidor deve exercer suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.
- c) A reintegração consiste na reinvestidura do servidor no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com o reconhecimento dos direitos exclusivamente após a invalidação.
- d) A remuneração do servidor posto em disponibilidade, proporcional ao tempo de serviço, não pode ser inferior a um terço do que percebia no mês anterior ao da disponibilidade.

CONHECIMENTOS DO DISTRITO FEDERAL E POLÍTICA PARA MULHERES

Leandro Signori

44. Com base na Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, que autorizou o Poder Público a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, consideram-se com ênfase especial para a região os programas e projetos relacionados às áreas de:

- a) infraestrutura e geração de empregos.
- b) saúde e assistência social.
- c) habitação popular e segurança pública.
- d) uso, parcelamento e ocupação do solo.

45. A urbanização dos centros urbanos brasileiros ocorreu de forma acelerada, gerando grandes aglomerados urbanos que cresceram muito em relação às suas áreas iniciais e acabaram por se conectar fisicamente com outras áreas urbanas próximas.

Assim, surgem as Regiões Metropolitanas, que foram incorporadas ao ordenamento jurídico brasileiro como uma forma de pensar em soluções

e projetos conjuntos para essa grande e densa área urbana.

No Distrito Federal também se formou um grande e contínuo aglomerado urbano. Uma característica dessa densa e extensa área urbana é a:

- a) rigorosa preservação do meio natural, com a criação de uma série de Unidades de Conservação, em que se destaca o Parque da Cidade de Brasília, a maior área verde urbana do país.
- b) precária mobilidade urbana, o que gerou uma inversão dos movimentos pendulares por meio do desenvolvimento de polos econômicos regionais.
- c) segregação socioespacial, processo que fragmenta a área urbana em localidades com melhores condições de infraestrutura, mais valorizadas e localidades com piores condições de infraestrutura, geralmente menos valorizadas.
- d) equidade nos aspectos socioeconômicos, que se refletem no fato de o Distrito Federal possuir o maior rendimento mensal médio per capita e um dos maiores índices de desenvolvimento humano do país.

46. Assinale a alternativa correta a respeito da Missão Cruls:

- a) A área do atual Distrito Federal encontra-se nos limites da zona demarcada por essa Missão no final do século XIX.
- b) Indicou como sítio para erigir a pedra fundamental da nova capital, o Morro do Centenário, em Planaltina.
- c) Indicou a necessidade de expansão futura da área demarcada, já considerando o crescimento populacional da nova capital.
- d) Foi pioneira na proposição de uma área, para a construção da nova capital, no Planalto Central do Brasil.

47. Com a criação de duas novas regiões administrativas em 2022, atualmente o Distrito

Federal está dividido em 35 Regiões Administrativas.

As duas novas regiões administrativas criadas foram:

- a) Ponte Alta e Rajadinho.
- b) Jardins Mangueiral e Guará II.
- c) Lago Oeste e Vale do Amanhecer.
- d) Arapoanga e Água Quente.

48. Com relação à história, economia, sociedade e política do Distrito Federal, é correto afirmar que:

- a) com o término das obras de Brasília, os imigrantes vieram principalmente do Sul e do Sudeste para compor a mão de obra demandada pelos cargos da administração pública.
- b) a divisão do Distrito Federal em Regiões Administrativas foi justificada como necessária para uma administração e organização descentralizada de seu território.
- c) Após décadas de crescimento acelerado, a população brasiliense vivencia uma tendência de estabilidade com um maior número de idosos em relação às crianças e aos jovens.
- d) nos primeiros anos, a expansão urbana da capital ocorreu com tensões decorrentes das invasões de terras indígenas e áreas remanescentes de quilombolas.

49. Considerando os aspectos climáticos do Distrito Federal, assinale a opção que identifica a massa de ar que se forma na Floresta Amazônica e durante o verão atinge a região Centro-Oeste provocando a elevação da temperatura e o aumento da umidade e das precipitações:

- a) Massa de ar Tropical Amazônica.
- b) Massa de ar Equatorial Continental.
- c) Massa de ar Equatorial Amazônica.
- d) Massa de ar Tropical Continental.

50. A manutenção adequada de estoques hídricos é de fundamental importância para o Distrito Federal e sua população.

No intuito de garantir a disponibilidade hídrica em suas barragens, além de fazer a gestão correta dos recursos hídricos, é importante garantir a manutenção de rios, córregos, nascentes e pequenos riachos, pois é a partir desses que as represas são compostas.

Com o intuito de proteger as nascentes dos cursos d'água que abastecem o Distrito Federal e suas represas, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma ação que pode ser tomada pelo Poder Público e pela iniciativa privada:

- a) transposição e construção de canais artificiais para irrigação de áreas distantes.
- b) clarificação das águas em nascentes para garantir seu máximo aproveitamento e mínimo desperdício.
- c) incentivo ao desenvolvimento de atividades agrícolas que utilizam insumo hídrico subterrâneo.
- d) preservação das matas ciliares e reflorestamento de áreas degradadas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

51. Quanto às empresas públicas e sociedades de economia mista, assinale a alternativa correta:

- a) as sociedades de economia mista não poderão lançar debêntures ou outros títulos ou valores mobiliários, conversíveis em ações.
- b) sua responsabilidade civil será sempre regida por regras originárias do direito privado.
- c) submetem-se à supervisão por vinculação, a qual não pode resultar redução da autonomia conferida pela lei específica que autorizou a criação da entidade supervisionada ou da autonomia inerente à sua natureza.
- d) todas elas deverão observar requisitos de transparência, entre os quais a divulgação, exclusivamente aos órgãos de controle, de carta

anual de governança corporativa, que consolide informações relativas às atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros, comentários dos administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração.

52. NÃO é objetivo previsto na “nova lei de licitações” (Lei 14.133/2021):

- a) assegurar a justa competição.
- b) assegurar tratamento isonômico entre os licitantes.
- c) evitar o sobrepreço e o superfaturamento.
- d) incentivar contratações com preços inexequíveis.

53. NÃO se considera característica própria do diálogo competitivo previsto na “nova lei de licitações” (Lei 14.133/2021):

- a) obrigatoriedade de ser conduzido por comissão formada por, no mínimo, 3 servidores efetivos ou empregados dos quadros permanentes.
- b) apresentação da proposta final após o encerramento dos diálogos.
- c) existência de dois editais.
- d) possibilidade de participação de licitantes que não participaram da etapa dos diálogos.

54. Considera-se hipótese de dispensa de licitação à luz da “nova lei de licitações” (Lei 14.133/2021):

- a) compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração.
- b) contratação de remanescente de obra em consequência de rescisão contratual.
- c) construção de estabelecimentos penais.
- d) manutenção de veículos automotores em valores inferiores a R\$ 114.416,65.

55. A respeito da “nova lei de licitações” (Lei 14.133/2021), é INCORRETO afirmar que:

- a) A legislação exige que as contratações públicas sujeitar-se-ão a 3 linhas de defesa, fazendo parte da segunda linha o órgão central de controle interno da Administração..
- b) Ao suspender cautelarmente o processo licitatório, o tribunal de contas deverá pronunciar-se definitivamente sobre o mérito daquela irregularidade no prazo de 25 dias úteis, prorrogável por igual período uma única vez .
- c) Apesar de a nulidade do contrato administrativo, em regra, operar retroativamente, a autoridade administrativa poderá decidir que ela só tenha eficácia em momento futuro, suficiente para efetuar nova contratação, por prazo de até 6 meses, prorrogável uma única vez.
- d) A antecipação de pagamento, em caráter excepcional, será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, hipótese em que a Administração poderá exigir a prestação de garantia adicional como condição para o pagamento antecipado.

56. Suponha que determinado agente público praticou ato culposo de improbidade administrativa, em momento anterior à publicação da Lei 14.230/2021. Considerando que ainda não houve condenação transitada em julgado, é correto afirmar, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), que:

- a) a Lei 14.230/2021 aplica-se em benefício do agente público, sendo que ele não poderá sofrer qualquer condenação pelo ato praticado, ainda que existente eventual dolo de sua parte.
- b) a Lei 14.230/2021 não se aplica em benefício do agente público, dado o caráter irretroativo da norma benéfica da Lei 14.230/2021.

c) a Lei 14.230/2021 não se aplica em benefício do agente público, em decorrência da prescrição da pretensão punitiva, que é de 2 anos.

d) a Lei 14.230/2021 aplica-se em benefício do agente público, razão pela qual sua condenação poderá ser revista com fundamento na inexistência de ato culposo na referida Lei, devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente.

57. Tomando por base o entendimento do STF, a delegação do poder de polícia a pessoas jurídicas de direito privado exige o atendimento a alguns critérios. Assinale a alternativa que NÃO apresenta corretamente estes requisitos:

- a) A entidade deverá prestar exclusivamente serviços públicos de atuação estatal e em regime não concorrencial.
- b) A delegação deve ocorrer por meio de lei.
- c) As entidades devem ser de capital majoritariamente público.
- d) Somente será possível quando se disser respeito às fases de consentimento e de fiscalização.

58. Em relação aos serviços públicos, assinale a alternativa INCORRETA considerando as disposições da Lei 8.987/1995 e os entendimentos recentes do Supremo Tribunal Federal (STF):

- a) É admitida a subconcessão, nos termos previstos no contrato de concessão, desde que expressamente autorizada pelo poder concedente.
- b) A outorga de subconcessão será sempre precedida de concorrência.
- c) O subconcessionário se sub-rogará todos os direitos e obrigações da subconcedente dentro dos limites da subconcessão.
- d) Diferentemente do que se observa na subconcessão, se houver a transferência de concessão ou do controle societário da concessionária com a prévia anuência do poder

concedente é obrigatória a realização de nova licitação.

59. No que se refere ao cargo de Ministro da Saúde, assinale a alternativa correta:

- a) poderia ser ocupado por parente em linha reta de primeiro grau do Presidente da República, caso a nomeação seja decorrente de critérios técnicos e não unicamente em virtude do parentesco.
- b) seu ocupante faz parte da categoria dos agentes administrativos.
- c) possibilita a aquisição de estabilidade após o decurso do prazo de 3 anos de efetivo exercício.
- d) sua nomeação depende da aprovação pelo Senado Federal, consistindo em ato de natureza complexa.

60. Determinada entidade privada organizou concurso público da Administração Direta distrital, sendo que os exames foram cancelados por indícios de fraude, o que implicou danos materiais aos candidatos. Neste caso, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a matéria, é correto afirmar que:

- a) o órgão público tem responsabilidade subsidiária sobre despesas com taxa de inscrição e deslocamento.
- b) o órgão público tem responsabilidade primária sobre despesas com taxa de inscrição e deslocamento.
- c) o Distrito Federal responderá subsidiariamente pelos danos materiais causados, no caso de a entidade privada se tornar insolvente.
- d) a entidade não responde pelos danos materiais sofridos pelos candidatos em razão de a organização do certame correr sob riscos do órgão contratante.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA*Elisabete Moreira*

61. De acordo com o Referencial Básico de Governança Pública (TCU, 2020), as instâncias internas de governança são responsáveis por definir ou avaliar a estratégia e as políticas, bem como monitorar a conformidade e o desempenho destas. Essas instâncias podem ser exemplificadas por:

- a) ouvidoria e conselho fiscal.
- b) conselho de administração e liderança executiva.
- c) conselhos de administração e conselho fiscal.
- d) corregedoria e auditoria interna.

62. O termo governança foi inserido na agenda pública no movimento da reforma do estado, tendo como um dos eixos centrais o conceito de *accountability*, bastante utilizado na literatura recente, apresentando distintos significados, ênfases e dimensões. Das afirmativas a seguir, marque a que não retrata adequadamente *accountability*.

- a) É o processo de informação contábil utilizado na entidade do terceiro setor.
- b) Inclui como atores os movimentos sociais, associações, ONG's e mídia.
- c) Permite o acompanhamento e verificação das políticas públicas, avaliando objetivos, processos e resultados.
- d) São tipos de *accountability* a vertical, a horizontal e a societal.

63. O processo de modernização da gestão público foi, muitas vezes, marcado por cenários de mudanças econômicas, sociais e políticas. Acerca dos modelos de administração pública no Brasil, marque a alternativa correta.

- a) O modelo de reforma do Estado brasileiro mostrou-se eficaz na solução dos problemas socioeconômicos do país, pois estava orientado para o desenvolvimento e levou em consideração

a necessidade do Estado de sua construção em novas bases.

- b) A reforma iniciada com o Decreto-Lei n.º 200/1967 consolidou a centralização das atividades de produção de bens e serviços na administração direta, consagrando e racionalizando uma situação que já se delineava na prática.
- c) Em um modelo de gestão por resultados, o estabelecimento de objetivos e metas é definido de forma discricionária pelo gestor público.
- d) O Estado Regulador atua como responsável por definir regras ou padrões a serem seguidos em prestação de serviços essenciais à população.

64. Alguns acadêmicos consideram a utilização dos processos participativos de gestão uma consequência do movimento da Nova gestão pública. Acerca desse tema, assinale a opção correta.

- a) Por determinação constitucional, o orçamento participativo, como instrumento de soberania popular, visa à ampliação da democracia direta.
- b) O objeto da Administração Pública Gerencial é o desenvolvimento dos processos participativos de gestão pública.
- c) O exercício dos processos participativos implica o aumento da importância do uso de critérios técnicos nos processos de decisão.
- d) A ascensão de valores neoliberais e o chamado esvaziamento do Estado são considerados forças propulsoras do movimento da Nova Gestão Pública.

65. Os Estados modernos contam com quatro setores: o núcleo estratégico, as atividades exclusivas, os serviços não-exclusivos e a produção de bens e serviços para o mercado. Em relação a estes setores, assinale a opção incorreta.

- a) O núcleo estratégico é o centro no qual se definem as leis, as políticas e como, em última instância, as fazer cumprir.
- b) As atividades exclusivas garantem diretamente que as leis e políticas públicas sejam cumpridas e financiadas.
- c) Os serviços não-exclusivos compreendem os serviços de educação, saúde, cultura e pesquisa científica.
- d) O setor de produção de bens e serviços é formado pelo conjunto das empresas estabelecidas no país.

66. O projeto de interoperabilidade do governo federal nasceu da percepção de que os dados administrativos do governo federal são muitos, mas não “conversam entre si”, dificultando a avaliação de políticas públicas. São objetivos do trabalho de interoperabilidade dos dados, à exceção de:

- a) permitir a identificação unívoca dos cidadãos em todo o país.
- b) estruturar dados confiáveis para tomada de decisão dos gestores públicos.
- c) viabilizar que a identificação do cidadão seja realizada por qualquer documento.
- d) promover a melhoria e a eficiência na gestão dos gastos públicos.

67. No que se refere à gestão por resultados, aponte a alternativa correta.

- a) A governança na administração pública engloba ações para dirimir os conflitos de agência, que surgem na intermediação de interesses entre os administradores e os agentes.
- b) A reforma iniciada com Programa Nacional de Desburocratização – PrND consolidou a centralização das atividades de produção de bens e serviços.
- c) De acordo com a nova gestão pública, o governo deve adotar, além de técnicas de gestão de

negócios, valores relativos aos negócios, dos quais derivam práticas como a gestão da qualidade total.

- d) Nos anos 90 do século XX, com a reforma gerencial, verificou-se, pela primeira vez, que os princípios rígidos da administração burocrática eram um empecilho para o desenvolvimento do Brasil.

68. A Administração Pública brasileira tem buscado se adaptar às mudanças da sociedade, incorporando ferramentas da iniciativa privada, adaptadas a área pública. Assinale a opção que indica uma premissa discutida nos tempos atuais

- a) O plebiscito e o controle social são mecanismos de accountability horizontal.
- b) Uma alta demanda social por accountability afeta negativamente a capacidade de governança.
- c) Sem legitimidade, não há como se falar em governabilidade.
- d) A governança é dependente da governabilidade.

69. Acerca dos modelos de Administração públicas e as tecnologias gerenciais aplicadas à gestão públicas, aponte a alternativa correta.

- I. A evolução da disciplina de Administração Pública pode ser compreendida por intermédio do estudo de seus períodos paradigmáticos. O conceito de governo onde predomina a ideia de que governar é administrar corresponde ao paradigma da nova gestão pública.
- II. O PDRAE incluiu vários desafios a serem superados para que se pudesse implantar o modelo gerencial no Brasil, como a dimensão institucional-legal, que visava aumentar a governabilidade do Estado por meio da capacidade administrativa de governar com efetividade e eficiência.
- III. O Estado reforça sua governabilidade, ao intensificar o seu papel de regulador e provedor

de serviços públicos, em detrimento do seu papel de executor.

Assinale a opção correta.

- a) Somente a I está correta.
- b) Somente a II está correta.
- c) Somente a III está correta.
- d) I, II, III estão incorretas.

70. Acerca dos procedimentos ligados ao compliance, aponte a alternativa incorreta.

- a) A finalidade da auditoria de *compliance* é averiguar se as atividades da instituição auditada estão de acordo com as regras e os regulamentos que as disciplinam.
- b) As políticas de *compliance* no âmbito da administração pública objetivam garantir que os servidores públicos prestem contas, aos órgãos de controle, das atividades exercidas no âmbito de suas funções.
- c) As estatais devem observar regras de governança corporativa, de composição da administração e, havendo acionistas, mecanismos para sua proteção.
- d) O descumprimento de leis ou normas que regulamentam o negócio de uma organização caracteriza situação conflitante com os objetivos de compliance ou conformidade.

71. Acerca das novas tecnologias gerenciais aplicáveis às organizações públicas, aponte a alternativa correta.

- a) A atuação em rede é um dos fundamentos da excelência em gestão preconizados pela busca na qualidade na administração privada, mas que não se aplica a gestão pública.
- b) Integrar ferramentas de gestão de projetos às práticas da administração pública envolve, entre outras ações, a criação de escritórios de projetos com vista a centralizar a decisão da escolha dos projetos a serem implementados pela gestão.

c) A contratualização de resultados envolve técnicas de definição de objetivos, metas e indicadores, sem necessidade de mecanismos de responsabilização direta.

d) Uma importante ferramenta de gerenciamento dos recursos públicos exercida pelo controle social é o Portal da Transparência que apresenta todas as receitas e despesas de todos os Poderes.

72. Acerca dos aspectos estruturais e organizacionais da administração pública, aponte a alternativa correta.

- a) De modo geral, a nova administração pública tem caráter descentralizador, pois, por meio do gerencialismo, equilibraram-se as questões relativas à complexidade da gestão, como, por exemplo, a integração entre os aspectos técnicos e políticos.
- b) Para a administração pública burocrática, o interesse público representava a agregação dos interesses individuais.
- c) O gerencialismo caracteriza-se por manobras administrativas, como competição, incentivos de mercado, mensuração de desempenho, foco na produtividade e desregulamentação.
- d) No modelo de administração pública gerencial, o aparelho de Estado deve ser responsável apenas pela execução das políticas públicas.

ESTATÍSTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Carlos Henrique

73. Numa pesquisa realizada com 100 pessoas sobre a forma de se locomoverem para o trabalho, constatou-se que:

- 45 usam ônibus;
- 51 usam automóvel;
- 32 usam moto;
- 18 usam ônibus e automóvel;
- 22 usam ônibus e moto;
- 15 usam automóvel e moto;

- 6 usam os três meios de transporte.

Analizando os dados apresentados, conclui-se que o número de pessoas que NÃO utiliza nenhum dos três meios de transporte mencionados é

- a) 17.
- b) 21.
- c) 23.
- d) 26.

74. Considere, abaixo, as afirmações e o valor lógico atribuído a cada uma delas entre parênteses.

- Ou Junior é pintor, ou Bia não é cozinheira (afirmação FALSA).
- Se César é matemático, então Junior não é pintor (afirmação FALSA).
- Bia é cozinheira ou Ana não é motoqueira (afirmação VERDADEIRA).

A partir dessas afirmações,

- a) Junior não é pintor e Bia não é cozinheira.
- b) Ana é motoqueira ou Bia é cozinheira.
- c) César é matemático e Ana não é motoqueira.
- d) Junior é pintor e César não é matemático.

75. Qual é a negação da proposição “Alguma lâmpada está acesa e todas as portas estão fechadas”?

- a) Todas as lâmpadas estão apagadas e alguma porta está aberta.
- b) Todas as lâmpadas estão apagadas ou alguma porta está aberta.
- c) Alguma lâmpada está apagada e nenhuma porta está aberta.
- d) Alguma lâmpada está apagada ou nenhuma porta está aberta.

O enunciado abaixo refere-se às questões 76 e 77.

Lúcia, uma estudiosa moça, passou para o fisco em primeiro lugar. Resolveu, então, fazer um jantar de comemoração para quatro amigos. Sabe-se que Lúcia possui 12 amigos. Entre os seus amigos estão Karina e Mauro (o namorado da Karina).

76. Certa noite, supondo-se que Karina e Mauro só comparecerão ao jantar juntos, caso sejam convidados, o número máximo de possibilidades para o jantar de Lúcia é:

- a) 120
- b) 180
- c) 215
- d) 255

77. Outra noite, supondo-se que Karina e Mauro tenham brigado e, portanto, não possam ser convidados juntos, o total de jantares que Lúcia pode oferecer nessas condições é:

- a) 420
- b) 450
- c) 480
- d) 495

O enunciado a seguir refere-se às questões 78 e 79.

O Estratégia concursos emprega vários funcionários distribuídos por quatro departamentos, que são: contabilidade, tecnologia, vendas e administrativo. Ambos os gráficos abaixo mostram a distribuição desses funcionários pelos departamentos da empresa.



78. A análise dos gráficos permite concluir corretamente que o total de funcionários do Estratégia Concursos que trabalham no setor de vendas é igual a:

- a) 560
- b) 570
- c) 580
- d) 590

79. O ângulo, em graus, correspondente ao setor de Contabilidade no gráfico de setores é igual a

- a) 48
- b) 48,5
- c) 49
- d) 49,5

80. Em um órgão público com 1000 servidores, 40% são fiscais. O quadro de servidores é formado por 480 homens, sendo que 200 mulheres não são fiscais.

Escolhendo aleatoriamente 1 servidor dessa empresa e verificando que é homem, a probabilidade de ele NÃO ser fiscal é igual a:

- a) 1/3
- b) 2/5
- c) 5/6
- d) 7/8

CONTROLE INTERNO E EXTERNO

Herbert Almeida

81. O sistema clássico de repartição de competências defendido pelo Barão de Montesquieu, em *O espírito das leis*, não atende mais à complexidade da sociedade atual. É inimaginável acreditar que o poder, na sociedade, divida-se apenas em três plexos de competência: legislativo, executivo e judiciário. O sistema hodierno é muito mais complexo, motivo pelo qual vários Estados acabam instituindo estruturas autônomas, sem subordinação a qualquer dos Poderes clássicos.

Nessa linha, é correto afirmar que o Tribunal de Contas:

- a) compõe o Poder Judiciário, mas goza de características e prerrogativas próprias.
- b) não faz parte da estrutura dos três Poderes, motivo pelo qual as suas decisões formam coisa julgada em sentido estrito.
- c) não compõe o Poder Legislativo, mas as suas decisões estão sujeitas à revisão das casas legislativas, que são titulares do controle externo.
- d) não é subordinado ao Poder Legislativo, exercendo atribuições próprias e privativas, nos termos da Constituição Federal.

82. Sobre as disposições constitucionais, é correto afirmar que compete ao Tribunal de Contas da União:

- a) julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República.
- b) fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, independentemente de previsão no tratado constitutivo.
- c) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, incluindo as nomeações para cargo de provimento em comissão.

d) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a estado, ao Distrito Federal ou a município.

83. Sobre a apreciação da legalidade dos atos de admissão de pessoal e da concessão inicial de aposentadoria, é correto afirmar que:

- a) a negativa de registro sempre deverá ser precedida de contraditório e ampla defesa.
- b) o TCU não aprecia a legalidade da admissão de cargo em comissão, mas poderá verificar a legalidade da admissão por outros meios, inclusive para fixar prazo para o desfazimento do provimento que viole as regras sobre o nepotismo.
- c) a concessão de aposentadoria aos servidores públicos é, segundo o STF, ato administrativo composto.
- d) após a concessão do registro, somente a administração pública poderá desfazer o ato de aposentadoria, independentemente de manifestação do Tribunal de Contas.

84. José é ex-prefeito municipal e está sendo acusado de ato de improbidade administrativa, por ter, supostamente, causado lesão ao erário de forma dolosa. O ato foi praticado em dezembro de 2015, sendo que a ação de improbidade administrativa foi proposta pelo Ministério Público em outubro de 2017.

Sabendo que até hoje não houve sentença no juízo de primeiro grau e que a Lei nº 14.230/2021, publicada em outubro de 2021, trouxe um novo regime prescricional, José procurou o seu advogado, em outubro de 2022, para verificar possível ocorrência de prescrição intercorrente na ação de improbidade.

Considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal – STF sobre o tema, o advogado respondeu corretamente que:

a) os princípios do direito administrativo sancionador não se aplicam às ações de improbidade, de tal forma que a reforma da Lei de Improbidade não poderá retroagir para beneficiar o réu em ações já em curso.

b) a reforma da Lei de Improbidade é irretroativa, aplicando-se somente aos processos iniciados após a sua publicação.

c) como o novo regime prescricional é irretroativo, os novos marcos temporais começaram a correr a partir da publicação da Lei nº 14.230/2021, motivo pelo qual ainda não se consumou o prazo de quatro anos para a ocorrência da prescrição intercorrente.

d) o novo regime prescricional é retroativo, por se tratar de norma processual, sendo ainda que a reforma da Lei de Improbidade deverá retroagir para beneficiar o réu em ações que ainda não transitaram em julgado e para os processos que, ainda que transitados em julgado, estão em regime de execução das penas e seus incidentes.

85. Os sistemas de controle elucidam o conjunto de ferramentas para a realização do controle da atividade estatal. Sobre esse tema, é correto afirmar que:

- a) no sistema do contencioso, a decisão da administração pública não faz coisa julgada, de tal forma que será possível rever os atos do poder público por meio de ação judicial.
- b) o Brasil adota a dualidade de jurisdição, uma vez que as decisões da administração pública somente fazem coisa julgada em sentido material, motivo pelo qual é possível debater a matéria no âmbito do Judiciário.
- c) o sistema inglês é típico dos países do *common law* e representa a unicidade de jurisdição, o que não veda, entretanto, que os litígios sejam resolvidos em âmbito administrativo.
- d) as decisões dos tribunais de contas representam um modelo misto, uma vez que são decisões administrativas de natureza jurisdicional.

86. Jorge foi multado por autoridade de autarquia, encarregada de fiscalizar as atividades comerciais realizadas por ele. Irresignado com o desfecho do processo administrativo, Jorge resolveu impugnar o fato, direcionando petição ao governador do Distrito Federal. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- a) a impugnação decorre da própria estrutura hierárquica do governo do Distrito Federal, de tal forma que o administrado poderá propor o citado recurso hierárquico próprio.
- b) a *priori*, não é cabível esse tipo de recurso, salvo se houver previsão em legislação específica, que defina as regras sobre a impugnação, que terá natureza de recurso hierárquico impróprio.
- c) a relação entre a administração direta e indireta tem natureza de subordinação, permitindo a aplicação da impugnação ao governador, com natureza de pedido de reconsideração.
- d) a impugnação, que decorre de competência presumida, será realizada mediante representação, uma vez que trata da relação de pessoas jurídicas distintas.

87. Em regra, o controle jurisdicional sobre a atividade administrativa é:

- a) de mérito, uma vez que a lei não pode afastar a competência do Poder Judiciário.
- b) de ofício, pois cabe ao Poder Judiciário a defesa da lei.
- c) de legalidade, em sentido amplo, cabendo ainda a avaliação de legitimidade, princípios e atos normativos.
- d) de conveniência e oportunidade, em especial na avaliação dos critérios adotados pelo agente público para a definição do interesse público.

88. Um deputado federal apresentou requerimento de convocação do ministro de Estado para que este prestasse esclarecimentos sobre as principais razões para essa crise em determinado setor, cuja responsabilidade era do respectivo ministério. O

pedido foi aprovado pela maioria absoluta do plenário, e foi efetuada a convocação do ministro.

Nessa situação hipotética, a casa legislativa exerceu o controle

- a) interno.
- b) prévio.
- c) administrativo.
- d) parlamentar.

89. Nos termos da Constituição Federal, é finalidade do Sistema de Controle Interno:

- a) definir as metas para o plano plurianual, para a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;
- b) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e nas entidades da administração pública;
- c) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, salvo quanto aos direitos e haveres da União;
- d) apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, ao qual se encontra subordinado.

90. A respeito da jurisprudência do STF sobre o exercício do controle externo, marque a alternativa correta.

- a) O Tribunal de Contas da União, órgão sem função jurisdicional, não pode declarar a constitucionalidade de lei federal com efeitos *erga omnes* e vinculantes no âmbito de toda a administração pública federal.
- b) É constitucional atribuir aos tribunais de contas a realização do exame prévio de validade de contratos firmados com o poder público.
- c) É inconstitucional atribuir ao Poder Legislativo a prerrogativa para julgar as contas do responsável do Tribunal de Contas respectivo.
- d) Não cabe aos tribunais de contas quebrar o sigilo bancário ou ter acesso a informações sobre financiamentos concedidos com recursos públicos.

CONTABILIDADE PÚBLICA*Gilmar Possati*

91. As entidades do setor público possuem como objetivo principal a prestação de serviços à sociedade, em detrimento de obtenção de lucros e geração de retorno financeiro aos usuários da informação (investidores). O desempenho dessas entidades pode ser apenas parcialmente avaliado por meio da análise da situação patrimonial, do desempenho e dos fluxos de caixa. A tributação, que corresponde a uma transação sem contraprestação, ocorre por força de lei entre entidades (ou indivíduos) e o governo, sendo que as distribuições das competências tributárias entre os níveis de governo não são uniformes e dependem da relação entre as competências tributárias do governo federal, dos demais entes federativos e de outras entidades do setor público. Nessa perspectiva, acerca da Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, assinale a opção correta:

- a) a quantidade e a qualidade dos serviços públicos prestados a um indivíduo ou a um grupo de indivíduos, normalmente, são diretamente proporcionais ao volume de tributos cobrados.
- b) a natureza das transações sem contraprestação pode impactar a forma pela qual elas são reconhecidas, mensuradas e evidenciadas, no sentido de dar suporte às avaliações por parte dos usuários dos serviços e dos provedores de recursos.
- c) para ter acesso a determinados serviços, os indivíduos ou os grupos de indivíduos não necessitam desembolsarem tarifa ou taxa adicional.
- d) no contexto das transações sem contraprestação, o valor dos benefícios que um indivíduo ou grupo de indivíduos pode obter será aproximadamente igual ao valor de quaisquer cobranças pagas por eles.

92. A principal função dos governos e de outras entidades do setor público é fornecer serviços que aprimorem ou mantenham o bem-estar dos cidadãos e dos outros indivíduos, em vez de obter lucros e gerar recursos financeiros aos investidores. A informação fornecida nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral (RCPGs) para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) subsidia, contribui e é útil para a tomada de decisão pelos usuários da informação contábil. Para fins de prestação de contas e responsabilização, os usuários de serviço e os provedores de recursos necessitam de informações que possam dar suporte às avaliações, entre outros aspectos, das seguintes questões, exceto:

- a) a solvência (a capacidade de satisfazer as obrigações em longo prazo) e a liquidez (a capacidade de satisfazer as obrigações atuais) da entidade.
- b) a capacidade de adaptação a novas situações em relação a mudanças demográficas ou em condições econômicas nacionais, impactando a natureza das atividades que realiza ou dos serviços que presta.
- c) a capacidade da entidade em continuar financiando suas atividades para satisfazer seus objetivos operacionais no futuro e a extensão na qual a entidade depende de tais fontes, sendo vulnerável ao financiamento ou a pressões por demandas fora de seu controle.
- d) a capacidade da entidade atingir as metas fiscais impostas pelos normativos e legislação aplicáveis no contexto das suas operações.

93. Os Relatórios Contábeis de Propósito Geral (RCPGs) apresentam informações financeiras e não financeiras sobre fenômenos econômicos, além de outros fenômenos. As características qualitativas da informação incluída nesses relatórios são atributos que tornam a informação útil para os usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil. Nesse contexto, considerando o arcabouço da Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação da Informação Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público, a informação que confirma ou refuta expectativas passadas sobre o desempenho e os resultados da prestação de serviços que possam ocorrer no futuro, corresponde à característica qualitativa da:

- a) tempestividade.
- b) verificabilidade.
- c) relevância.
- d) comparabilidade.

94. Um passivo surge quando puder ser satisfeita sua definição e ser mensurado de maneira que observe as características qualitativas, levando em consideração as restrições sobre a informação contábil. Para que haja a existência de um passivo, uma característica essencial é que a entidade tenha uma obrigação presente, ocorrendo por força de lei (obrigação formal ou vinculada) ou não (obrigação não formalizada ou não vinculada). Acerca desse assunto, considerando o disposto no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), assinale a opção correta.

- a) as obrigações em que o fato gerador não tenha ocorrido, do ponto de vista patrimonial, não são geralmente reconhecidas como passivos nas demonstrações contábeis.
- b) os depósitos caracterizados como entradas compensatórias no ativo e no passivo financeiro não são reconhecidos no passivo, pois não há caracterização como obrigações para com terceiros.

c) a ausência do prazo de extinção de uma obrigação impede que essa obrigação origine um passivo.

d) para que haja a existência de um passivo é necessário possuir a identidade dos terceiros antes da época de sua extinção, para que essa obrigação presente exista.

95. A demonstração dos fluxos de caixa, disponibiliza informações que permitem aos usuários avaliar as variações ocorridas no patrimônio líquido da entidade, sua estrutura financeira e sua capacidade para afetar os valores e momentos dos fluxos de caixa, com a finalidade de adaptá-los às mudanças nas circunstâncias e oportunidades, melhorando a comparabilidade dos relatórios de desempenho operacional de diferentes entidades na eliminação dos efeitos decorrentes do uso de diferentes critérios contábeis para as mesmas transações e eventos. Considerando o entendimento do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), assinale a opção incorreta.

- a) a fim de conciliar o caixa e equivalentes de caixa no começo e no fim do período, o efeito das mudanças nas taxas cambiais sobre o caixa e equivalentes de caixa, mantidos ou devidos em moeda estrangeira, deve ser apresentado na demonstração dos fluxos de caixa.
- b) os fluxos de caixa agregados decorrentes da aquisição e da alienação de entidades controladas ou outras unidades operacionais devem ser apresentados conjuntamente e classificados como atividades de investimento.
- c) considerando que os juros pagos e recebidos compõem o cálculo do resultado do exercício, recomenda-se sua classificação como fluxo das atividades operacionais e os dividendos ou distribuições similares recebidas devem ser classificados como fluxo de atividades de investimento, enquanto os dividendos e distribuições similares pagos devem ser

classificados como fluxos de caixa de financiamento.

d) a aquisição de ativos por meio da troca de ativos, por meio da assunção direta do respectivo passivo ou ainda por meio de arrendamento financeiro e a conversão de dívida com terceiros em patrimônio líquido, são transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa.

96. Um ente público estadual possuía, entre seus imóveis, um prédio histórico que estava sendo utilizado, até então, como a sede da Secretaria Estadual de Fazenda. Após ser recém empossado, um contador verificou que esse prédio não estava registrado nas demonstrações contábeis do Estado, ensejando a sua contabilização no balanço patrimonial por possuir benefícios econômicos ou potencial de serviços além de seu valor cultural. Para tanto, o contador deverá registrá-lo na mesma base de outros

- a) patrimônios culturais.
- b) investimentos.
- c) imobilizados.
- d) intangíveis.

97. Os Relatórios Contábeis de Propósito Geral (RCPGs) apresentam informações financeiras e não financeiras sobre fenômenos econômicos. As características qualitativas incluídas nos RCPGs são atributos que tornam a informação útil para os usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil. Entre as características está a verificabilidade, que consiste em uma informação

- a) disponível mais rapidamente aos usuários, que possa aprimorar a sua utilidade como insumo para processos de avaliação da prestação de contas e responsabilização e a sua capacidade de informar e influenciar os processos decisórios.
- b) que corresponda às necessidades e à base do conhecimento dos usuários, bem como a natureza da informação apresentada, permitindo que os usuários, de maneira clara e sucinta, entendam seu significado.
- c) que auxilia os usuários a confirmarem o resultado das estratégias de gestão durante o período, além de preverem a capacidade da entidade em responder às mudanças e às necessidades previstas relacionadas à prestação de serviços no futuro.
- d) que não precisa ser um ponto único estimado, pois um intervalo de possíveis valores e probabilidades relacionadas também pode ser utilizado, devendo haver transparência nas premissas, metodologias, nos fatores e nas circunstâncias, apoiando quaisquer opiniões expressas ou evidenciações feitas.

98. O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) é a estrutura básica da escrituração contábil, formada por uma relação padronizada de contas contábeis, que permite o registro contábil dos atos e fatos praticados pela entidade de maneira padronizada e sistematizada, representando uma das maiores conquistas da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), sendo uma ferramenta para a consolidação das contas nacionais e instrumento para a adoção das normas internacionais de contabilidade.

Dessa forma, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) definiu expressamente, no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), os seguintes objetivos do PCASP, exceto:

- a) contribuir para a adequada tomada de decisão e para a racionalização de custos no setor público.
- b) controlar contabilmente os atos potenciais oriundos de contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres.
- c) permitir a elaboração das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público e dos demonstrativos do Relatório Resumido de Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal.
- d) distinguir os registros de natureza patrimonial, orçamentária e de controle.

99. As demonstrações contábeis são a representação estruturada da situação patrimonial, financeira e do desempenho da entidade, devendo proporcionar informação útil para subsidiar a tomada de decisão e a prestação de contas e responsabilização (accountability) da entidade quanto aos recursos que lhe foram confiados. Uma dessas informações corresponde ao pressuposto da continuidade, que consiste

- a) na permanência em operação pela entidade de modo a atender, como regra, as obrigações legais no futuro previsível.
- b) ser mais relevante a sua permanência para o governo do que para a sociedade em geral como um todo.
- c) na elaboração das demonstrações contábeis levando em consideração toda a informação disponível sobre o futuro, observado o período mínimo de doze meses a partir da data de emissão das demonstrações contábeis.
- d) proporcionar informação mais relevante para seus usuários, de modo que a continuidade não seja prejudicada.

100. O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação. Nessa perspectiva, analise os itens abaixo relacionados com essa demonstração:

- I. participação dos não controladores.
- II. resultados acumulados.
- III. o capital integralizado, consistindo do valor total acumulado, das contribuições dos proprietários menos as distribuições aos proprietários.
- IV. reservas, incluindo descrição da natureza e propósito de cada reserva dentro do patrimônio líquido

Quando a entidade não possui nenhuma parcela de capital representado por ações, ela deve demonstrar separadamente os seguintes itens:

- a) II e III.
- b) II e IV.
- c) I, II, III e IV.
- d) I, II e III.

PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO GOVERNAMENTAL

Luciana Marinho

101. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) traz em seu bojo normas sobre gestão fiscal e alguns limites aplicáveis. Nesse contexto, segundo os dispositivos que tratam sobre o assunto, a LC 101 diz que ao final de cada quadrimestre será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos um documento que conterá, entre outros, a indicação das medidas corretivas adotadas ou a adotar, se ultrapassado qualquer dos limites da LRF. Esse documento diz respeito à (ao):

- a) Relatório Resumido de Execução Orçamentária
- b) Relatório de Gestão Fiscal
- c) Anexo de Metas Fiscais
- d) Anexo de Riscos Fiscais

102. A Lei 4.320/64 apresenta regramentos sobre receitas e despesas públicas. No tocante às despesas, a referida lei fundamenta um sequenciamento de atos que caracteriza os estágios de execução dos dispêndios públicos. Entre estes, o ato realizado por autoridade legal que origina para o Estado encargo de pagamento que seja pendente de implemento de condição, constituirá

- a) a Liquidação
- b) o Empenho
- c) a Nota de empenho
- d) a Ordem de pagamento

103. A Lei 4.320/64, Manual Técnico de Orçamento (MTO) e Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) apresentam regramentos sobre receitas e despesas públicas. Dentre os estágios da receita pública, aquele que corresponde à entrega dos recursos tributários ao Tesouro pelos contribuintes, por meio de instituições financeiras autorizadas pelo ente, é denominado:

- a) Arrecadação
- b) Recolhimento
- c) Lançamento
- d) Liquidação

104. No tocante as receitas e despesas constantes do orçamento público, assinale a opção INCORRETA.

- a) Despesas de Custeio são dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.
- b) Todas as despesas, exceto às extraorçamentárias, necessitam de autorização legislativa para serem realizadas.
- c) A Dívida ativa advinda de impostos devem ser classificados como “outras receitas correntes”.
- d) A classificação institucional reflete a estrutura organizacional de alocação dos créditos orçamentários, e está estruturada em dois níveis hierárquicos: órgão orçamentário e unidade orçamentária.

105. No que se refere à execução orçamentária, a despesa será efetivada mediante o cumprimento de estágios: o primeiro deles é o empenho. Julgue os itens subsequentes, a respeito das modalidades de empenho.

- I O Empenho global é o tipo de empenho utilizado para as despesas cujo montante não se pode determinar previamente.
- II O empenho por estimativa é utilizado para as despesas de valor fixo e previamente determinado, cujo pagamento deva ocorrer de uma só vez.
- III O empenho ordinário é o tipo de empenho utilizado para despesas contratuais ou outras de valor determinado, sujeitas a parcelamento.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Todos os itens estão errados.

106. No tocante às regras estabelecidas na Lei nº 4.320/1964, tem-se que:

- a) A abertura dos créditos especiais e extraordinários depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa
- b) Constitui unidade orçamentária o agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão ou repartição a que serão consignadas dotações próprias.
- c) Jamais poderão ser consignadas dotações a unidades administrativas subordinadas ao mesmo órgão.
- d) Para efeito de classificação da despesa, considera-se material permanente o de duração superior a um ano.

107. As afirmativas a seguir apresentam características da Lei do Orçamento Anual – LOA, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) será acompanhado de medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado.
- b) Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.
- c) Disporá sobre normas relativas ao controle de custos.
- d) compreenderá o orçamento fiscal, o orçamento de investimento das empresas e o orçamento da seguridade social.

108. Os Princípios Orçamentários visam a estabelecer diretrizes norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público.

Nesse sentido, assinale a opção que indica o princípio orçamentário, segundo o qual delimita o exercício financeiro-orçamentário: período de tempo ao qual a previsão das receitas e a fixação das despesas registradas na LOA irão se referir.

- a) da exclusividade
- b) da unidade
- c) da universalidade
- d) da anualidade

109. A Prefeitura do Município de Pipoca decide alugar uma edificação onde funcionava a Secretaria de Saúde, porém agora encontra-se desativada. Nessa ocasião, o contrato é firmado com um particular para a instalação de um restaurante. Com base nas regras orçamentárias, a origem da receita do aluguel desse espaço será classificada como:

- a) de serviços
- b) patrimonial
- c) contribuições
- d) industrial

110. O instrumento que conterá comparativo com os limites da LRF, dos montantes de dívidas consolidada e mobiliária e, além disso, demonstrativos, no último quadrimestre da inscrição em Restos a Pagar das despesas liquidadas é o

- a) Relatório Resumido da Execução Orçamentária
- b) Anexo de Metas Fiscais
- c) Demonstrativo da Renúncia de Receita
- d) Relatório de Gestão Fiscal

POLÍTICAS PÚBLICAS

Rodrigo Rennó

111. No contexto de gestão estratégica, o Balanced Scorecard (BSC) é uma ferramenta amplamente utilizada para avaliar o desempenho organizacional. O BSC é composto por quatro perspectivas que permitem medir o sucesso da organização em diferentes dimensões. Quais são as quatro perspectivas do Balanced Scorecard?

- a) Inovação, processos, clientes e finanças
- b) Marketing, recursos humanos, tecnologia da informação e finanças
- c) Clientes, aprendizado e crescimento, processos internos e perspectiva financeira
- d) Missão, visão, valores e objetivos estratégicos.

112. O ciclo PDCA é uma metodologia de melhoria contínua que visa garantir a eficiência e eficácia dos processos organizacionais. Em relação à aplicação do ciclo PDCA, analise as seguintes afirmações:

- I. A etapa de Planejamento envolve o estabelecimento de metas e objetivos, além da definição de ações e recursos necessários para alcançá-los.
- II. A etapa de Execução consiste na implementação das ações planejadas e no monitoramento dos resultados obtidos em tempo real.
- III. A etapa de Verificação requer a análise comparativa entre os resultados obtidos e as metas estabelecidas, bem como a identificação de desvios e áreas de melhoria.
- IV. A etapa de Ação é responsável por ajustar e aperfeiçoar o processo, garantindo que as melhorias sejam incorporadas e sustentadas ao longo do tempo.

Qual das alternativas abaixo apresenta as afirmações corretas sobre a aplicação do ciclo PDCA?

- a) Apenas as afirmações I, II e III estão corretas.
- b) Apenas as afirmações I, III e IV estão corretas.
- c) Apenas as afirmações II, III e IV estão corretas.
- d) Todas as afirmações estão corretas.

113. O clientelismo é um fenômeno político e social que envolve a troca de favores entre políticos e eleitores. Qual das alternativas a seguir melhor descreve a prática do clientelismo?

- a) Um sistema político em que os políticos promovem reformas abrangentes para garantir o bem-estar da população em troca de apoio eleitoral.
- b) Um sistema político em que os eleitores são incentivados a participar ativamente da tomada de decisões e da elaboração de políticas públicas.
- c) Um sistema político em que os políticos fornecem bens e serviços particulares, como empregos ou benefícios sociais, aos eleitores em troca de apoio eleitoral.
- d) Um sistema político em que os partidos políticos competem de forma transparente e justa, baseando-se em ideologias e programas claros.

114. A governabilidade é um conceito que se refere à capacidade de um governo de tomar decisões eficazes e implementá-las de maneira eficiente e democrática. Qual das alternativas a seguir está mais relacionada à governabilidade?

- a) A quantidade de recursos naturais disponíveis para um país e o nível de desenvolvimento econômico.
- b) A capacidade de um governo de estabelecer um sistema político estável, administrar os recursos públicos de forma eficiente e garantir a participação cidadã na tomada de decisões.
- c) A quantidade de partidos políticos e a diversidade de opiniões e ideologias presentes no sistema político de um país.
- d) A habilidade de um governo em aumentar a receita tributária e controlar a inflação.

115. Efetividade é um conceito amplamente utilizado para avaliar o desempenho de políticas, programas e projetos. Qual das alternativas a seguir descreve corretamente o conceito de efetividade?

- a) A habilidade de realizar atividades e alcançar resultados com a utilização mínima de recursos e custos.
- b) A capacidade de atingir os objetivos propostos e gerar impacto positivo no público-alvo, solucionando os problemas identificados.
- c) A habilidade de responder rapidamente às mudanças no ambiente e adaptar as ações e estratégias conforme necessário.
- d) A capacidade de implementar políticas e programas de forma transparente, garantindo a participação e a inclusão de todos os interessados.

116. A avaliação ex ante é uma abordagem utilizada para analisar políticas, programas ou projetos antes de sua implementação. Qual das alternativas a seguir descreve corretamente o conceito de avaliação ex ante?

- a) Uma análise realizada após a implementação de um programa ou projeto, visando medir os resultados e impactos alcançados.
- b) Uma análise realizada para comparar diferentes alternativas de programas ou projetos, visando identificar a melhor opção em termos de custo-benefício.
- c) Uma avaliação contínua realizada durante a implementação de um programa ou projeto, visando ajustar e aperfeiçoar as ações conforme necessário.
- d) Uma análise realizada antes da implementação de um programa ou projeto, visando prever e estimar seus resultados e impactos potenciais

117. O corporativismo é um sistema político e econômico em que as atividades e os interesses de diferentes grupos sociais e profissionais são organizados e controlados por meio de estruturas corporativas. Qual das alternativas a seguir descreve corretamente uma característica do corporativismo?

- a) O corporativismo promove a livre concorrência e o livre mercado, incentivando a iniciativa privada e a autonomia dos agentes econômicos.
- b) O corporativismo baseia-se na cooperação entre o governo, as organizações empresariais e os sindicatos para estabelecer políticas e práticas comuns em setores específicos da economia.
- c) O corporativismo foca no estabelecimento de políticas públicas universais que garantem igualdade de oportunidades e direitos para todos os cidadãos.
- d) O corporativismo é caracterizado pela ausência de regulação governamental e pela prevalência dos interesses individuais sobre os coletivos.

118. A matriz SWOT é uma ferramenta de análise estratégica que ajuda as organizações a identificar seus pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças. Qual das alternativas a seguir descreve corretamente os componentes da matriz SWOT?

- a) Pontos fortes: aspectos positivos internos; Pontos fracos: aspectos negativos internos; Oportunidades: aspectos positivos externos; Ameaças: aspectos negativos externos.
- b) Pontos fortes: aspectos financeiros; Pontos fracos: aspectos operacionais; Oportunidades: aspectos mercadológicos; Ameaças: aspectos regulatórios.
- c) Pontos fortes: aspectos relacionados ao produto; Pontos fracos: aspectos relacionados ao preço; Oportunidades: aspectos relacionados à promoção; Ameaças: aspectos relacionados à distribuição.
- d) Pontos fortes: aspectos relacionados aos clientes; Pontos fracos: aspectos relacionados aos fornecedores; Oportunidades: aspectos relacionados aos concorrentes; Ameaças: aspectos relacionados ao ambiente macroeconômico.

119. O ciclo das políticas públicas é um modelo que descreve o processo de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Qual das alternativas a seguir apresenta corretamente a sequência de fases do ciclo das políticas públicas?

- a) Identificação do problema, formulação de políticas, tomada de decisão, implementação e avaliação.
- b) Implementação, identificação do problema, formulação de políticas, tomada de decisão e avaliação.
- c) Formulação de políticas, identificação do problema, tomada de decisão, avaliação e implementação.
- d) Tomada de decisão, identificação do problema, formulação de políticas, implementação e avaliação.

120. A classificação de Lowi das políticas públicas é uma tipologia que categoriza as políticas públicas com base em suas características e efeitos na sociedade. De acordo com a classificação de Lowi, quais são os quatro tipos de políticas públicas?

- a) Políticas distributivas, políticas redistributivas, políticas regulatórias e políticas constitutivas.
- b) Políticas fiscais, políticas monetárias, políticas cambiais e políticas comerciais.
- c) Políticas preventivas, políticas corretivas, políticas punitivas e políticas educativas.
- d) Políticas estruturais, políticas conjunturais, políticas setoriais e políticas horizontais.

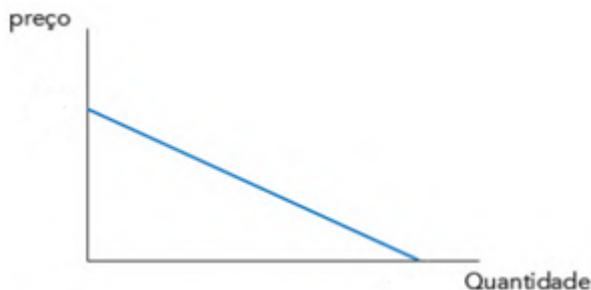
ECONOMIA E FINANÇAS PÚBLICAS

Celso Natale

121. No que diz respeito à teoria do consumidor, assinale a alternativa correta.

- a) A taxa marginal de substituição entre dois bens é crescente ao longo da curva de indiferença do consumidor.
- b) O grau de satisfação do consumidor aumenta à medida em que a curva de indiferença se distancia da origem dos eixos.
- c) Somente alterações na renda do consumidor são capazes de afetar posição da reta de restrição orçamentária.
- d) No equilíbrio do consumidor, a curva de indiferença mais alta possível é atingida, independente de sua restrição orçamentária.

122. Analise a seguinte curva de demanda linear:



Com base no gráfico acima e sabendo que Q é a quantidade e P o preço, pode-se concluir que o valor da elasticidade-preço da demanda, em módulo, será:

- será constante ao longo de toda a curva
- será infinito quando $Q = 0$
- será igual a 1 quando $P = 0$
- será infinito quando $Q = 0$ ou $P = 0$

123. Quando a elasticidade-renda da demanda por determinado bem possui valor negativo, esse bem é classificado como

- inferior.
- normal.
- de luxo.
- superior.

124. Um país apresentou, em determinado período, as seguintes transações em seu Balanço de Pagamentos (em unidades monetárias):

- exportação de 70 bilhões em bens, recebendo à vista;
- importação de 40 bilhões em bens, pagando à vista;
- déficit no Saldo de Serviços no valor de 15 bilhões;
- déficit no Saldo de Rendas Primárias no valor de 5 bilhões.

O saldo do balanço de pagamentos em transações correntes, em u.m., do referido país foi de:

- 5 bilhões.
- 10 bilhões.
- 15 bilhões.
- 20 bilhões.

125. Considerando a curva de Phillips para o curto prazo, analise a situação seguir.

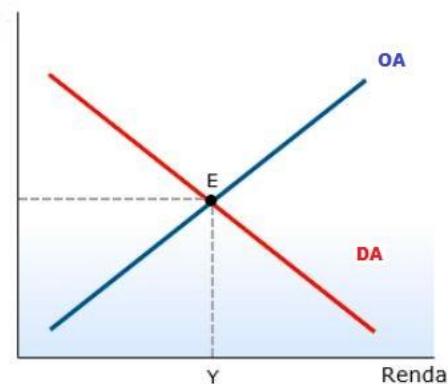
Devido a uma crise mundial, ocorreu um choque adverso de oferta, que fará com que a curva de Phillips no curto prazo:

- sofra um deslocamento para cima e ocorra uma elevação na taxa de inflação.
- sofra um deslocamento para baixo e ocorra uma redução na taxa de inflação.
- não sofra deslocamento, mantendo a taxa de inflação inalterada.
- sofra um deslocamento para cima e ocorra uma redução na taxa de inflação.

126. No que diz respeito às Contas Nacionais, é possível afirmar que o PIB de um país será menor que o seu PNB desde que:

- a) as reservas do Banco Central aumentem.
- b) ocorra aumento da poupança externa.
- c) as importações sejam menores que a entrada líquida de capitais do exterior.
- d) a renda líquida recebida do exterior seja positiva.

127. Considere o gráfico de demanda e oferta agregadas:



Com base no gráfico acima, assinale a alternativa correta.

- a) A demanda agregada é vertical no longo prazo.
- b) A oferta agregada é horizontal no longo prazo.
- c) Uma política monetária expansionista deslocaria a curva de demanda agregada para a direita.
- d) Uma recessão no resto do mundo não deslocaria a curva de demanda agregada.

128. No que diz respeito ao modelo IS-LM, assinale a alternativa correta.

- a) Quando a taxa de juros é bastante alta, ocorre o caso chamado “armadilha da liquidez”.
- b) A curva LM é horizontal no chamado “caso clássico”.
- c) É possível utilizar a política monetária para contrabalancear os efeitos de uma política fiscal sobre a taxa de juros.
- d) A política fiscal expansionista reduz a demanda por moeda, o que implica na elevação da taxa de juros.

129. Determinado país apresenta os seguintes dados:

- os encaixes totais mantidos pelo sistema bancário representam 3/10 do total dos depósitos à vista em conta corrente;
- a população desse país mantém 3/5 dos meios de pagamento na forma de moeda manual.

Considerando os dados acima, é possível concluir que um aumento de 1000 na base monetária significa um acréscimo nos meios de pagamento de aproximadamente:

- a) 1208
- b) 1388
- c) 1608
- d) 2008

130. Em determinado período, uma economia registra propensão marginal a consumir de 60% e acréscimo de \$ 10.000 no investimento. Assim, é possível concluir que o acréscimo na renda de equilíbrio corresponde a:

- a) \$ 15.000.
- b) \$ 20.000.
- c) \$ 25.000.
- d) \$ 30.000

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Gabriela Zavadinack

131. Durante a elaboração da lei orçamentária anual do Distrito Federal, o Governador optou por não incluir na LOA as receitas decorrentes de alugueis, tendo em vista a incerteza de renovação de determinados contratos. Tal atitude viola o princípio da(o)

- a) universalidade.
- b) legalidade.
- c) discriminação.
- d) totalidade.

132. Em razão de fortes chuvas, um município sofreu com alagamentos e desabamentos, situação inesperada naquele local, o que resultou em diversas pessoas desabrigadas. Nesse contexto, um crédito adicional:

- a) especial deverá ser aberto por decreto do Poder Executivo, que dele dará imediato conhecimento ao Poder Legislativo.
- b) suplementar deverá ser autorizado pelo Poder Legislativo e aberto por decreto do Poder Executivo.
- c) complementar deverá ser autorizado pelo Poder Legislativo e aberto por decreto do Poder Executivo.
- d) extraordinário deverá ser aberto por decreto do Poder Executivo, que dele dará imediato conhecimento ao Poder Legislativo.

133. Relativamente ao ciclo orçamentário e ao sistema de emendas parlamentares, marque a assertiva correta:

- a) Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelo Senado Federal, na forma do regimento interno.
- b) As emendas serão apresentadas no Congresso Nacional, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas, na forma regimental, pelo Plenário da Comissão Mista de Orçamento.
- c) As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias poderão ser aprovadas, ainda que possuírem incompatibilidades mínimas com o plano plurianual.
- d) As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 2% da receita corrente líquida do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, cabendo 1,55% às emendas de Deputados e 0,45% às emendas de Senadores.

134. A Lei de Diretrizes Orçamentárias possui diversas funções delimitadas pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Responsabilidade Fiscal. É uma dessas funções:

- a) conter, em anexo, o demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
- b) conter, em anexo, previsões de despesas para exercícios seguintes, com a especificação dos investimentos plurianuais e daqueles em andamento.
- c) dispor sobre normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.
- d) estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

135. Relativamente à receita e à despesa pública, a Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe que:

- a) Em até 30 dias após a publicação dos orçamentos, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas mensais de arrecadação.
- b) Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.
- c) A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo de metas fiscais.
- d) Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou sentença normativa que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

136. A Lei nº 4.320/64 estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. De acordo com a referida lei:

- a) Classifica-se como despesa de custeio a dotação destinada a atender a adaptação de bens imóveis.
- b) A cobertura dos déficits de manutenção das empresas públicas, de natureza autárquica ou não, far-se-á mediante subvenções sociais expressamente incluídas nas despesas correntes do orçamento da União, do Estado, do Município ou do Distrito Federal.
- c) A amortização da dívida e o pagamento dos respectivos juros são contabilizados nas despesas de capital.
- d) A constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros é classificada como “despesa corrente – inversão financeira”.

137. Suponha que em um determinado exercício, após a publicação da programação financeira e do cronograma de execução mensal de desembolso, o Ministério da Educação tenha descentralizado créditos orçamentários para uma de suas secretarias, o que foi seguido da descentralização de recursos. A esses tipos de descentralização dão-se os nomes, respectivamente, de:

- a) cota e dotação.
- b) dotação e repasse.
- c) provisão e sub-repasso.
- d) destaque e repasse.

138. O suprimento de fundos é caracterizado por ser um adiantamento de valores a um servidor para futura prestação de contas. Sobre esse tipo de despesa, assinale a afirmativa incorreta:

- a) O suprimento de fundos é considerado como despesa orçamentária, pois sempre será precedido de empenho.
- b) Não se pode efetuar adiantamento a servidor em alcance e nem a responsável por dois adiantamentos.
- c) Cada ente da Federação deve regulamentar o seu regime de adiantamento, observando as peculiaridades de seu sistema de controle interno, de forma a garantir a correta aplicação do dinheiro público.
- d) o adiantamento de numerário representa uma despesa pelo enfoque patrimonial, pois, no momento da concessão, ocorre redução no patrimônio líquido.

139. A Lei de Responsabilidade Fiscal traz diversos dispositivos relativos à dívida pública, tendo em vista a relação entre o endividamento e a saúde fiscal dos entes federativos. Sobre a dívida e o endividamento, de acordo com a LC 101/2000, afirma-se corretamente que

- a) Para fins de verificação do atendimento do limite do endividamento, a apuração do montante da dívida consolidada de municípios com menos de 50 mil habitantes pode ser realizada semestralmente.
- b) Os limites para dívida pública, operações de crédito e concessão de garantia são fixados em percentual da reserva de contingência.
- c) Os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos não integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites.
- d) Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos dois subsequentes, reduzindo em pelo menos um terço o excedente no primeiro quadrimestre.

140. A Lei de Responsabilidade Fiscal traz diversas regras e orientações acerca da Transparência, Controle e Fiscalização da gestão fiscal. Sobre o tema, assinale a alternativa que traz um item constante do Relatório de Gestão Fiscal:

- a) apuração da receita corrente líquida, sua evolução e a previsão de seu desempenho até o final do exercício.
- b) comparativo do montante da despesa com pessoal aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.
- c) balanço orçamentário, especificando as receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada, e as despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo.
- d) receitas e despesas previdenciárias e resultados nominal e primário.

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>